

AS LINHAS DE PESQUISA E AS DISSERTAÇÕES/TESES NA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA: ALGUMAS IDÉIAS PARA DISCUSSÃO*

*Silvia R. F. Petersen***

As discussões tanto sobre as linhas de pesquisa, seu conceito, suas relações com a estrutura do ensino e da investigação em nossos cursos de pós-graduação, como sobre os trabalhos de conclusão dos mestrados e doutorados, suas características comuns e diferenças, os problemas que cercam sua elaboração, estão sempre presentes quando se trata de analisar o perfil dos cursos e os resultados de sua produção científica.

Este pequeno trabalho pretende sistematizar um conjunto de observações a esse respeito, com a finalidade de contribuir para a discussão do tema. É um texto opinativo, por definição sujeito a contraposições ou acréscimos, mas talvez tenha o mérito de desencadear reflexões que sejam proveitosas para a qualidade do trabalho acadêmico que desenvolvemos.

Dividi a exposição em alguns tópicos, correspondentes à diferentes ângulos do tema.

1) A ESTRUTURA DAS LINHAS DE PESQUISA E SUA POSIÇÃO CENTRAL NO CURRÍCULO DOS CURSOS

Penso que as linhas de pesquisa deveriam ser o “fato gerador”, o eixo dos cursos.

* Texto originalmente apresentado no Encontro de Coordenadores dos PPG em História, Belo Horizonte, 1993.

** UFRGS.

O que se observa, no entanto, por nossa própria tradição acadêmica de pesquisa individual, é que via de regra as linhas não passam de amplos continentes onde tentamos agrupar algumas pesquisas a partir do elo mais evidente entre elas, elo tão frágil como pode ser o simples critério espacial, o temático, ou cronológico.

Quero então analisar esta questão.

Em alguns programas, precedendo as linhas de pesquisa na hierarquia da proposta curricular, existe a "área de concentração". Penso que é desejável a existência e a explicitação de um interesse central, seja como área de concentração, seja como ênfase do curso, pois ele atua como o articulador, o sinalizador das linhas de pesquisa, das quais deveriam proceder o elenco de disciplinas e as dissertações ou teses.

Se observamos os catálogos dos nossos programas, parece que "área de concentração" é um conceito meio vago, tanto que é interpretado diferentemente nos vários casos. Assim, por exemplo, no programa da UFPR, as áreas de concentração (o conceito é plural), História das Populações, História das Idéias e História Urbana, correspondem às três linhas de pesquisa, com o mesmo nome. Na UFF, a área de concentração História Social se setorializa em temas (Antiga e Medieval /Moderna e Contemporânea no Mestrado e Moderna e Contemporânea no Doutorado), sendo que cada um destes setores temáticos abriga três linhas de pesquisa, a saber: "Agricultura", "Urbanização e industrialização" e "Idéias".

Quando o programa possui área de concentração, os títulos mais frequentes são "História Social" e suas variantes "História e Sociedade" e "História e Cultura".

De qualquer forma, a "área de concentração" ou a "ênfase do curso" é - ou deveria ser- um sinalizador com a amplitude necessária para abrigar e nortear um amplo leque de investigações sob a forma de LINHAS DE PESQUISA, o que quero a seguir comentar.

As linhas de pesquisa derivam normalmente das pesquisas concretas que o corpo docente está realizando quando da instalação de um curso de pós-graduação. Por isto, como já observei, via de regra elas são constituídas por pesquisas individuais, não havendo uma relação inter-pesquisas. Quando esta relação ocorre é porque um tema similar está sendo pesquisado em diferentes projetos e não devido a uma articulação deliberada. As linhas, mais do que linhas, são "frentes" organizadas por diferentes critérios: temáticos, espaciais, cronológicos, teóricos, etc.

É sabida a dificuldade de reunir professores (com diferentes interesses, com trajetórias de pesquisa muitas vezes já consolidadas, com perspectivas teóricas até mesmo antagônicas) em efetivas linhas de pesquisa. Creio muitos

curso já tiveram a experiência de buscar formas, as vezes complicadas, para integrar de modo efetivo, em uma das linhas existentes, a pesquisa de um novo professor que não necessariamente se refere a alguma delas.

Um fator de outra ordem que a meu ver também compõe este quadro é o peso cada vez maior que as exigências para concessão de auxílios à pesquisa por parte das Agências de Fomento vem tendo na engenharia da pesquisa em nossos cursos de pós-graduação. Exemplifico com o estímulo que vem recebendo do CNPq, por exemplo, a formação dos Projetos Integrados de Pesquisa. Sem dúvida que os pesquisadores estão condicionados pelos rumos da política de fomento das Agências, embora ela nem sempre esteja sintonizada com a realidade da pesquisa acadêmica. Embora esta não seja por certo a única forma, a gênese de um Projeto Integrado frequentemente ocorre como uma via de acesso aos cada vez mais escassos recursos para pesquisa, obrigando um grupo de pesquisadores a fazer desvios no objetivo original de suas investigações para encontrar “um denominador comum” capaz de “integra-los”, fazendo assim um “aggiornamento” às exigências e critérios dos diferentes manuais.

Creio que circunstâncias como esta (da qual o Projeto Integrado -ao menos na versão que tomei- é apenas um exemplo), constituem influências externas causadoras de desvios e soluções insatisfatórias que vão esmigalhando, ao invés de consolidar as linhas de pesquisa de um curso.

Esta imprecisão no traçado das linhas de pesquisa, tem tido como resultado que **praticamente tudo possa ser colocado como objeto de dissertação**, pulverizando os esforços dos orientadores e orientandos e descaracterizando o que poderia ser efetivamente um esforço centrado em alguns pontos considerados prioritários pelo curso. Em vez de linhas, nossos cursos de pós-graduação possuem geralmente “listas de projetos”.

Acho que este perfil tende a prevalecer na maioria dos casos, embora alguns cursos já tenham conseguido uma melhor estrutura em suas linhas. Como é bem difícil fazer o salto qualitativo, seria muito proveitoso analisar como se deu esse processo.

Também para contribuir à discussão do tema, quero propor uma certa “imagem ideal” que tenho de uma linha de pesquisa. Como já disse antes, também aqui meu texto é opinativo e parte inevitavelmente de uma determinada concepção de História.

Penso que uma linha de pesquisa tem o propósito de direcionar, de modo específico, um conjunto de pesquisas para o objeto que constitui a área de concentração ou ênfase do curso.

Desejável seria que cada linha se constituísse como **unidade problemática que fosse referência ao conjunto de projetos de pesquisas que aí venham a se desenvolver**, cada um dos quais analisaria e interpretaria

alguns de seus ângulos desde as perspectivas teóricas e delimitações do interesse dos pesquisadores, com diferentes cortes espaciais e cronológicos, em âmbito de micro ou macro-análise, da ação individual ou coletiva, sob a forma de estudos de caso ou análises comparativas, etc., etc.,

As linhas deveriam ser **unidades legítimas do ponto de vista do recorte efetuado na problemática proposta**, ou seja, deveriam articular as relações constitutivas de um determinado campo da experiência social, de um ângulo sugerido pela temática que é a ênfase do curso.

Qualquer área de concentração é um campo complexo, que inclui uma multiplicidade de interfaces e não estou propondo seu desmembramento artificial em linhas de pesquisa que “dividam entre si” este campo. Parto do suposto da impossibilidade conceitual de uma linha de pesquisa enunciar de forma auto-suficiente uma “parcela” deste campo complexo: as temáticas de cada linha envolvem em alguma medida, -sob pena de cair num reducionismo grosseiro- conteúdos teóricos e temáticos que constituem as outras linhas. Mas este é um limite intrínseco ao sistema de linhas de pesquisa.

Pretendo, em todo o caso, que o conjunto das linhas de pesquisa possa dar contas da temática de ênfase ou concentração do curso, (ou alguns de seus eixos) e que a diferenciação entre elas seja estabelecida menos de forma temática e mais pela construção de um campo problemático capaz de ser referência ao conjunto de projetos de pesquisa que nela se desenvolve.

As novas pesquisas docentes que fossem surgindo, ao se colocarem em uma das linhas, deveriam explicitar tanto no âmbito de seu conteúdo como da perspectiva analítica, a forma como se articulam na respectiva linha.

Isto por um lado contribuiria para a constituição de efetivas linhas de pesquisa, entendidas como **campos de problemáticas** definidos como do interesse do curso e capazes de sofrerem diferentes intervenções temáticas e teóricas por parte dos pesquisadores, quer docentes, quer discentes, campos de problemáticas que sejam reconhecíveis em cada projeto, sem nenhum prejuízo, é evidente, da liberdade de escolha e de trabalho dos pesquisadores.

Por outro lado, seria muito fácil para os alunos identificarem as ênfases diretivas das pesquisas dos professores, no sentido, principalmente, de poderem fazer as suas escolhas para as dissertações mais articuladas com os “pontos fortes” da pesquisa do corpo docente.

Tudo isto talvez tivesse como resultado um adensamento da pesquisa tanto docente como discente, pois ela seria capaz de perceber seus pontos de emergência, tanto no sentido de aprofundar suas lacunas como de critica-los. No cotejo das dissertações defendidas com as linhas de pesquisa e mais ainda, com os próprios projetos dos orientadores, observa-se uma dispersão e pulverização temática que a meu ver nem sempre contribui para a qualidade

da produção científica dos nossos cursos, que afinal, são muito representativos para os próprios rumos da historiografia no Brasil).

Uma tal proposta, em todo caso, esbarra em inúmeras dificuldades e eu coloco aqui apenas duas:

- É fácil que ela possa se transformar em uma camisa de força. Uma articulação deste tipo supõe, entre muitas outras coisas, uma cuidadosa reflexão teórica para que as problemáticas formuladas sejam, por um lado, legítimas no sentido do recorte pretendido e por outro, possam contemplar também concepções diversas.

- É mais fácil pensar um curso novo a partir de uma concepção como esta do que utiliza-la na reforma de um curso já em andamento. Ela exige de nós uma dose de disponibilidade e de capacidade de trabalho em conjunto que, muitas vezes, mais por trajetória profissional do que por desejo, está para além de nossas possibilidades.

2) DISSERTAÇÃO E TESE: A TENTATIVA DE DEFINIR SEUS PERFIS

Parece haver dificuldade em estabelecer exatamente o que é uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado.

O que consta no Parecer 977/65 (C.E.Su./CFE) “Sobre a definição dos cursos de Pós-graduação”, é bem genérico: “Do candidato ao Mestrado exige-se dissertação, sobre a qual será examinado, em que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização; para o grau de Doutor, requer-se defesa de tese que represente trabalho de pesquisa importando em real contribuição para o conhecimento do tema”.

Na prática, os dois níveis se confundem; principalmente quando existe apenas o curso de mestrado, a tendência é que as dissertações se transformem em teses doutorais, quer pela complexidade da problemática da pesquisa, quer pela dimensão do trabalho. O que deveria se constituir em um instrumento para revelar por parte do mestrando o domínio de um determinado tema (investigado como uma problemática a qual se deseja responder) e sua maioria como pesquisador, ganha uma proporção desmedida tanto em relação ao tempo previsto para sua conclusão e a permanência do aluno no programa, como em relação a “carga de sofrimento intelectual”, que desencadeia desproporcional ao estatuto de um mestrado. Não se pode esquecer que aqui novamente a pressão externa das Agências de Fomento é poderosa, arbitrando

que um determinado número de meses é o necessário para uma dissertação/tese em História e atrelando também a ele principalmente a repartição das escassas e indispensáveis bolsas.

Como é difícil romper este viés -que parece encontrar sua solução natural quando se instala o doutorado- talvez devamos pensar em intervir mais pontualmente nas etapas que antecedem o desenvolvimento da dissertação, de modo que o próprio projeto já possa conduzir melhor o futuro desenvolvimento do trabalho.

Deixando muito claro minha posição de que a elaboração de uma dissertação ou tese deve ser um momento de produção científica que associe criatividade ao rigor científico e interesse e prazer à relevância temática, a seguir quero colocar em discussão alguns desses possíveis momentos/elementos de intervenção.

3) OS TEMAS DAS PESQUISAS E SUA RELAÇÃO COM AS ESPECIALIDADES DOS ORIENTADORES/ LINHAS DE PESQUISA DOS CURSOS.

Analisando os três volumes da "PRODUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL (1985-1994)", (CNPq/ História USP/ ANPUH, 1995) em tão boa hora organizado pela Profa. Maria Helena R. Capelato e outras publicações similares de vários Programas, parece-me que muitas vezes -talvez até mesmo na maior parte dos casos- as dissertações/teses guardam pouca relação com a temática das linhas/projetos de pesquisa desenvolvidos. Pelo menos pelo elenco dos títulos destes trabalhos, a impressão que tenho é que praticamente tudo pode ser tema de investigação. Se esta impressão é correta, penso que este não é o melhor caminho para que o resultado das dissertações/teses verdadeiramente contribua para o avanço do conhecimento naquelas temáticas que os programas elegeram como centrais, e onde provavelmente também seu corpo de orientadores esteja mais capacitado para orientar a produção de novos conhecimentos. Assim, sem que isto venha significar alguma forma de coerção, penso que precisamos articular de forma mais próxima os projetos dos pós-graduandos com as linhas de pesquisa em andamento.

4) A CONTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DE “METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA”, “SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO” E DA ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO E O INÍCIO DA PESQUISA.

Muitos cursos, principalmente no caso de mestrados, recebem alunos com pouca ou nenhuma experiência de pesquisa. Mesmo naqueles casos onde esta experiência foi um critério para o ingresso, o momento da elaboração do projeto de dissertação é em geral traumático.

Por isso, possuem entre o seu elenco de disciplinas algo como “Métodos e Técnicas de Pesquisa”, com a finalidade de instrumentalizar a elaboração do projeto. Apesar de em alguma medida cumprir tal função, esta disciplina enfrenta uma situação limite, que é o fato de atender um grupo de alunos com propostas de trabalho diversas e que via de regra, informal ou formalmente, já tem seus orientadores, havendo portanto uma certa rota de colisão de ações. Assim, seus resultados tem sido pouco producentes em relação ao propósito.

Igualmente não fica muito claro o estatuto dos “Seminários de Dissertação” que também integram nossos currículos, onde supostamente haveria uma troca de experiência entre os pesquisadores iniciantes, pois é difícil estabelecer uma discussão sobre projetos que pouco ou nada tem de comum entre si e em relação aos quais os participantes do seminário praticamente só conseguem discutir questões genéricas ou fazer algumas sugestões quanto a fontes, bibliografia, etc. Também o professor que coordena este seminário enfrenta o problema de se transformar de especialista em generalista, com o que a qualidade de sua intervenção fica comprometida.

Finalmente, temos a alternativa trabalho ser realizado individualmente com o próprio professor orientador, que vai ajudar o aluno a elaborar e depois desenvolver o projeto. Neste caso, a tendência é entrar diretamente nas questões substantivas, sem considerar que às vezes o aluno não tem idéia, por exemplo, do que é a “introdução”, confundida com o primeiro capítulo; também da própria divisão interna do conteúdo em capítulos, seções, etc., às vezes completamente arbitrária e sem qualquer referência teórica ou temática. Estas questões, aparentemente formais, podem constituir entraves para o desenvolvimento da pesquisa e fazer com que o aluno, numa etapa já bem posterior, tenha que redefinir o desenho de seu projeto, com perda de tempo e esforço de pesquisa.

Com este conjunto de observações, estou querendo apontar para a existência em nossos cursos de uma “zona nebulosa” entre a escolha do tema e o início efetivo da pesquisa, zona nebulosa essa que ainda não conseguimos

tornar mais transparente e que a meu ver contribui para que as dissertações custem a “dar a partida”, com evidente prejuízo ao quanto ao tempo disponível para sua elaboração.

5) A “INTERDISCIPLINARIDADE” DOS CURSOS E SEUS EFEITOS NAS DISSERTAÇÕES/TESES.

Esta questão pode ser abordada desde dois ângulos: por um lado, no que se refere a proveniência do corpo discente; por outro, no que se refere à análise de determinados objetos de pesquisa.

Nossos cursos costumam admitir alunos provenientes de um amplo leque de especialidades das chamadas ciências humanas ou mesmo de outras áreas, o que considero uma prática muito saudável. Se isto não é problemático no que se refere ao mestrado, pois sua própria estrutura curricular envolve um leque mais amplo de disciplinas através das quais o aluno procedente de outras áreas pode se integrar teórica e tematicamente na problemática histórica, é mais complicado quando se trata de doutorado, pois como exigir então de um aluno, por exemplo, proveniente da sociologia, da economia, da educação, uma bagagem teórico-metodológica que o habilite a enfrentar o desafio da produção de uma tese de história?

O segundo ângulo decorre da tendência à abordagem interdisciplinar que é própria de muitas das novas temáticas que tem sido objeto de dissertações/teses nos últimos anos. Refiro-me, por exemplo, ao diálogo com a antropologia, com a lingüística e com a psicologia, para ficar nas tendências mais frequentes. Esta questão remete a outra, mais ampla, que eu não vou tratar aqui, mas que é a dos próprios limites da relação interdisciplinar. Em todo o caso quero observar que são muito frequentes trabalhos que incursionam por temáticas que exigiriam um conhecimento teórico específico de campos de conhecimento tão complexos como o conhecimento histórico e dos quais o aluno –e nós mesmos– não temos mais que uma apropriação genérica e superficial. Lembro, por exemplo, as inúmeras dissertações que chamam de “análise de discurso” o que na verdade não passa de análise de conteúdo, passando por cima do fato de que, concordemos ou não com seus pressupostos, existe toda uma produção que teoriza sobre a discursividade do social, com conceitos específicos a respeito das formas discursivas que constroem significados, suas práticas articulatórias e condições de emergência. Ou seja, não se pode ignorar toda esta discussão e apenas incorporar um ou outro conceito à uma análise que nada tem que ver com um campo teórico instituído. O mesmo pode se dizer para as apropriações

da psicologia/psicanálise nos estudos sobre a loucura, da antropologia no estudo das festas, do imaginário, etc.,etc.

Sem aprofundar mais esta exemplificação, quero reforçar no entanto a idéia de que a interdisciplinariedade, nos dois sentidos a que me referi é uma questão que merece nossa atenção quando discutimos os problemas da elaboração de dissertações/teses, pois ao mesmo tempo que é fundamental para a apropriação de novas temáticas para a análise histórica, tem a contrapartida de poder diluir o esforço de investigação numa análise sem referências claras e, portanto, com resultados também ambíguos.

* * * *

O tema das linhas de pesquisa e das dissertações, como se pode observar é multifacetado e merece uma reflexão continuada em nossos Programas de pós-graduação. Concluindo este texto, espero haver trazido alguns elementos que provoquem a discussão destas questões temas que são vitais para o desenvolvimento de padrões de excelência de ensino e pesquisa em nossos Cursos e Programas de Pós-Graduação em História.